

## **ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**

Aos vinte e nove de novembro de dois mil e vinte dois, terça-feira, às dez horas da manhã reuniu-se virtualmente pelo Google Meet o Comitê Permanente de Assistência Estudantil. Em sua terceira reunião ordinária sob a presidência de Livia Neves Ávila, onde estiveram presentes: Gustavo França Maia - Suplente Morro do Cruzeiro, Thais Junia De Paulo Sousa, Clarissa Rodrigues - ADUFOP, Thaís Adélia Barbosa - Suplente conjunto I, Hugo Xavier Guarilha - Suplente Assufop, Claudia Maciel Enes - Centro de Saúde UFOP, Hércules Gidel Lucena de Sousa - Centro de Saúde (UFOP), Nilma Rodrigues Alves- Titular morro do Cruzeiro, Marcos Vinícius Rodrigues da Silva - Titular Discente ICEA, Lucas Prósperi Rodrigues - Titular Repúblicas Federais, Letícia Pereira de Sousa - Titular Prograd, Lígia Carvalho Reis - Suplente Prace, Mariana Silva Santos - Titular PRACE, Gustavo França Maia - Suplente Morro do Cruzeiro, Rosimara Aparecida Lopes - Suplente Apartamento Estudantil, Petrus Curiel Rigotti - Vila Universitária, Pedro Henrique Dias Borges - Suplente ICEIA. A Presidente iniciou com a apreciação da ata da II reunião ordinária do COPAE seguido da aprovação pelos membros presentes, que foi incluída em anexo do convite. Em seguida a presidente apresentou o retorno dos 5 encaminhamentos da reunião anterior, que foram: 1) Solicitar/cobrar a PRACE a realização do perfil dos estudantes das Repúblicas Federais: negros/as (pretos/as e pardos/as), indígenas, LGBTQIA+ e pessoas com deficiências; 2) Verificar o critério técnico utilizado para determinar a ocupação de cada República Federal; 3) Verificar quantos processos correm hoje na UFOP sobre denúncias nas Repúblicas, e o que a UFOP tem feito com essas denúncias; 4) Canal de escuta das pessoas que desistem das vagas nas Repúblicas Federais; 5) Como a PRACE cumpre o art.5 e art.11 da resolução CUNI 1540. Gustavo França, perguntou onde está disponível o formulário referente ao encaminhamento quatro, Mariana Silva respondeu que está disponível no site da PRACE, e quando há alguma desistência é necessário fazer a atualização cadastral. Hugo Xavier complementa que a PRACE tem informação de todos os moradores das repúblicas federais, os não aceitos e aceitos. Dando continuidade na discussão da reunião anterior, sobre a aplicação dos percentuais de reservas de vagas da política afirmativa para o ingresso na graduação de estudantes com avaliações socioeconômicas, sugerida por Petrus Curiel e Adilson. Foi aberto um momento para discussão da pauta. Letícia Pereira, disse que o número de ocupação das vagas foi um ponto que lhe chamou atenção, visto que esse número nos mostra que não necessariamente precisa de reserva de vagas para garantir o acesso, visto que há tantas vagas ociosas. E diante disso, encaminhar essa pauta é mais para reforçar a importância da discussão e representatividade dos grupos do que necessariamente garantir

o acesso. Petrus Curiel, disse que a questão da reserva de vagas, começou em 2019/20 com a procuradoria passando nas repúblicas e fazendo um questionário sobre as vagas. Letícia disse que o foco são os critérios de acesso relacionados a batalha que de certa forma podem inibir uma procura entre os estudantes e não necessariamente reservar um percentual de vagas com recorte étnicoracial. A presidente fez uma observação que quando essa pauta foi discutida, o representante, Petrus, sugeriu a reserva de vaga para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, e Adilson sugeriu incluir a reserva de vagas não só para alunos em vulnerabilidade socioeconômica, mas de acordo com a reserva de vagas da política afirmativa para o ingresso na graduação. Precisa-se entender se essa proposta realmente vai fazer sentido visto que há um grande número de vagas sobrando em repúblicas federais. Gustavo França, disse que não se trata apenas de garantir o ingresso dessas pessoas no ensino superior e sim, garantir a permanência delas no sistema, pois é nítido que há vagas ociosas. Livia relatou que pode haver uma nova discussão em relação a essa questão. Gustavo retificou que é necessário descobrir um norte de qual o problema, visto que os estudantes não estão permanecendo na repúblicas, do qual, se tornou um sistema excludente. A presidente sugeriu fazer um encaminhamento para migrar o foco de, batalha, trote e caixinha e seria uma nova pauta de discussão, e fazendo uma análise do formulário dos estudantes que deixaram de morar nas repúblicas, sem a exposição dos mesmos. Livia perguntou se os presentes estavam de acordo. E os presentes concordaram por chat. A próxima pauta foi a cobrança de energia nas moradias estudantis de Ouro Preto, sugerida por Thais Junia. Ela explicou a pauta ao comitê para solicitar esse problema, e relatou que corre o risco de evasão dos alunos, pois estão sem a ajuda financeira que a UFOP oferece para pagar a energia. Petrus Curiel, disse que essa pauta é muito discutida, mas nada acontece. Clarissa, gostaria de entender se a PRACE depositou o dinheiro e se as contas não foram pagas, visto que houve um repasse da PRACE para os estudantes, que houvesse um anexo mostrando dados. A presidente informou que estava presente na última reunião da PRACE e que o Diretório Central Estudantil (DCE) solicitou que a gestão volte a pagar as contas de energia, nessa reunião no momento não houve nenhum encaminhamento, visto que a PRACE já tinha feito dois pagamentos para pagar as contas que estavam com vencimento próximos e que caso não pagassem havia possibilidade da energia ser cortada. Thais Junia, informou o que foi debatido na última reunião da PRACE, e que não ocorreram mudanças com relação a cobrança de energia, e que as respostas dadas pela reitoria não foram claras, foi informado que os alunos que não tiverem condições para contribuir com as caixinhas após a alteração no valor da contribuição, deverão procurar a PRACE. A presidente apresentou dados sobre o valor que as casas recebem para o pagamento da energia elétrica, ela disse que a situação vai ser mantida, a UFOP vai continuar pagando a energia e as casas vão continuar tendo a responsabilidade do

pagamento das contas. Rosimara Aparecida, informa que o auxílio que a universidade oferece, é baixo, visto que uma casa pode chegar a oitocentos reais, se a casa estiver totalmente cheia. Clarissa Rodrigues, informou que em relação às contas, é necessário pedir alterações na portaria do CUNI, para propor com base em dados o valor correto que os estudantes pagam nas contas, e isso é referente a quantidade de pessoas nas casas. Ela lembrou da possibilidade de instalação das placas fotovoltaicas nas casas, que estava sendo discutido. A presidente respondeu que sobre a instalação das placas, a PRACE não tem a informação de quando vão ser colocadas, pois isso depende da CEMIG, mas pode ser feito uma solicitação para haver um esclarecimento. Thais informou que mora na casa cinco com vinte e duas alunas, cento e dez reais é o valor da caixinha para suprir as contas que estiverem em atraso, incluindo o auxílio que a PRACE está oferecendo, todavia, mesmo com essa ajuda, é um valor caro. Por fim, a presidente leu os encaminhamentos para saber se os presentes estavam de acordo, são eles: 1º) Análise das justificativas de desistência das vagas nas Repúblicas Federais. 2º) Solicitar à PRACE esclarecimentos sobre o critério para atribuição do valor do auxílio da energia elétrica; Instalação das placas fotovoltaicas; Possibilidade de retorno do pagamento das contas de energia elétrica das moradias socioeconômicas; Se existe termo de cooperação entre a UFOP e a CEMIG e como funciona. Os presentes concordaram via chat. Gustavo França perguntou se faz sentido consultar a reitoria se existe um termo de cooperação entre a UFOP e a CEMIG. Livia acrescentou essa busca no encaminhamento. Petrus apresentou seu ponto de pauta sobre o critério socioeconômico. A presidente sugeriu que essa pauta fosse discutida para a próxima reunião. A IV reunião ordinária ficou agendada para o dia vinte e seis de janeiro de dois mil e vinte e três, Livia encerrou a reunião às onze horas e quarenta e um minutos do horário de Brasília.